



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

31 de dezembro de 2013

Sistema Cooperativo Sicredi

Demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas..... 1

Demonstrações financeiras combinadas auditadas

Balanços patrimoniais combinados..... 3

Demonstrações combinadas dos resultados..... 5

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa..... 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas..... 8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Aos Administradores e Associados do
Sistema Cooperativo Sicredi

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sistema Sicredi") (formado pelas empresas relacionadas na nota explicativa nº 2), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Sistema Sicredi é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do Conselho Monetário Nacional – CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013 (combinação contábil de sistemas cooperativos), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras combinadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Sistema Sicredi para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Sistema Sicredi. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Sistema Cooperativo Sicredi em 31 de dezembro de 2013, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013, conforme descrito em nota explicativa nº 2.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Não auditamos, nem foram auditadas por outros auditores independentes, o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, consequentemente, não emitimos opinião sobre eles.

Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2(a), as demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas às atividades do Sistema Cooperativo Sicredi, considerando-se as diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN de 30 de outubro de 2012 e na Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013, independentemente da disposição de sua estrutura societária, dos aspectos de controle e governança corporativa e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. e suas controladas, bem como as demonstrações financeiras individuais das Cooperativas Centrais de Crédito, integrantes do Sistema Sicredi e constantes na combinação, foram por nós auditadas e estão sendo divulgadas separadamente.

Porto Alegre, 20 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC 1SP-214.144/O-1

Gregory Gobetti
Contador CRC PR-039.144/O-8

Sistema Cooperativo Sicredi
Balanços patrimoniais combinados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 (Não auditado)
Ativo			
Circulante		28.784.991	21.899.444
Disponibilidades		376.900	278.617
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	8.865.350	6.789.218
Aplicações no mercado aberto		8.520.425	6.449.049
Aplicações em depósitos interfinanceiros		321.935	323.375
Aplicações em moedas estrangeiras		22.990	16.794
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	3.665.819	1.901.700
Carteira própria		2.119.673	1.600.501
Vinculados a operações compromissadas		83.384	-
Vinculados a prestação de garantias		1.296.456	176.031
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	166.306	125.168
Relações interfinanceiras		745.388	610.540
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.717	2.454
Créditos vinculados		695.367	576.027
Depósitos no Banco Central		695.367	576.027
Correspondentes		41.304	32.059
Operações de crédito	7	14.446.190	11.937.095
Setor privado		15.173.878	12.498.254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(727.688)	(561.159)
Outros créditos		618.250	320.269
Carteira de câmbio		69.185	96.327
Rendas a receber		111.911	80.231
Créditos específicos		10.551	8.979
Negociação e intermediação de valores		670	443
Títulos e créditos a receber	7	319.777	50.110
Devedores por compra de valores e bens	7	12.841	8.794
Diversos	8	121.760	100.761
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.d	(28.575)	(26.255)
Avais e fianças honrados	7	130	879
Outros valores e bens	9	67.094	62.005
Não circulante		9.585.665	8.938.987
Realizável a longo prazo		8.884.483	8.395.449
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.268.345	2.691.054
Carteira própria		121.554	276.909
Vinculados a operações compromissadas		258.782	340.522
Vinculados a prestação de garantias		887.277	2.073.623
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	732	-
Operações de crédito	7	7.493.182	5.593.411
Setor privado		7.775.820	5.823.250
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(282.638)	(229.839)
Outros créditos		122.956	110.984
Devedores por compra de valores e bens	7	17.039	16.170
Diversos	8	105.294	94.814
Avais e fianças honrados	7	623	-
Permanente		701.182	543.538
Investimentos		106.593	92.281
Participação em controladas no país	10	99.753	84.718
Outros investimentos	11	6.840	7.563
Imobilizado de uso	12	439.057	349.686
Imobilizações em curso		69.150	43.544
Imóveis de uso		130.211	98.331
Outras imobilizações de uso		542.474	471.817
Depreciação acumulada		(302.778)	(264.006)
Intangível	12	155.532	101.571
Aquisição e desenvolvimento de software		257.451	175.835
Amortização acumulada		(101.919)	(74.264)
Total do ativo		38.370.656	30.838.431

	Nota	2013	2012 (Não auditado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		17.504.154	14.429.223
Depósitos	13	12.694.503	10.699.887
Depósitos à vista		3.784.654	3.074.438
Depósitos de poupança		3.784.799	2.923.104
Depósitos interfinanceiros		3.666.445	3.376.964
Depósitos a prazo		1.458.605	1.325.381
Captações no mercado aberto	13	2.085.528	1.522.185
Carteira própria		82.265	93.770
Carteira de terceiros		2.003.263	1.428.415
Recursos de aceites e emissão de títulos		19.921	2.404
Recursos de letras de crédito do agronegócio		19.921	2.404
Relações interfinanceiras		912	801
Recebimentos e pagamentos a liquidar		912	597
Repasse interfinanceiros		-	204
Relações interdependências		82.111	69.672
Recursos em trânsito de terceiros		80.086	69.368
Transferência interna de recursos		2.025	304
Obrigações por empréstimos	14	501.050	594.946
Empréstimos no País		373.529	496.264
Empréstimos no exterior		127.521	98.682
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	655.112	494.922
Tesouro Nacional		1.685	1.011
Banco do Brasil		7.842	5.117
BNDES		352.968	288.160
FINAME		292.617	200.634
Instrumentos financeiros derivativos		3.291	32
Instrumentos financeiros derivativos		3.291	32
Outras obrigações		1.461.726	1.044.374
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.878	2.629
Carteira de câmbio	15.a	8.419	6.269
Sociais e estatutárias		117.548	81.807
Fiscais e previdenciárias		131.362	98.683
Negociação e intermediação de valores		2.775	3.833
Diversas	15.b	1.191.995	851.153
Dívida subordinada	15.c	6.749	-
Não circulante		15.376.301	11.946.852
Exigível a longo prazo		15.376.301	11.946.852
Depósitos	13	11.692.765	9.255.506
Depósitos interfinanceiros		-	809
Depósitos a prazo		11.692.765	9.254.697
Captações no mercado aberto	13	257.452	244.303
Carteira própria		257.452	244.303
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	3.272.488	2.408.114
Tesouro Nacional		1.397	3.530
Banco do Brasil		37.396	31.028
BNDES		1.840.094	1.516.222
FINAME		1.393.601	857.334
Outras obrigações		153.596	38.929
Fiscais e previdenciárias		2	71
Diversas	15.b	54.219	38.858
Dívida subordinada	15.c	99.375	-
Participação de acionistas não controladores		187.502	134.288
Participação de acionistas não controladores	17	187.502	134.288
Patrimônio líquido	18	5.302.699	4.328.068
Capital social		2.929.194	2.492.528
Reservas de lucros		2.146.636	1.638.097
Ajustes de avaliação patrimonial		(132)	91
Lucros acumulados		227.001	197.352
Total do passivo e do patrimônio líquido		38.370.656	30.838.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Sistema Cooperativo Sicredi

Demonstrações combinadas dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2013

e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	2013 2º Semestre	2013 Exercício	2012 Exercício (Não auditado)
Receitas da intermediação financeira		2.672.755	4.950.966	4.220.050
Operações de crédito		1.984.781	3.777.510	3.204.876
Resultado de instrumentos financeiros e derivativos	6.c	7.972	17.821	8.291
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		649.739	1.101.164	960.668
Resultado de operações de câmbio		9.403	19.639	20.429
Resultado de aplicações compulsórias		20.860	34.832	25.786
Despesas da intermediação financeira		(1.231.309)	(2.159.647)	(1.821.172)
Operações de captação no mercado		(794.885)	(1.376.909)	(1.170.367)
Operações de empréstimos e repasses		(68.953)	(159.062)	(146.712)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(367.471)	(623.676)	(504.093)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.441.446	2.791.319	2.398.878
Outras receitas (despesas) operacionais		(852.562)	(1.636.288)	(1.431.016)
Receitas de prestação de serviços	22	442.095	811.977	672.411
Despesas de pessoal		(593.008)	(1.105.533)	(938.206)
Outras despesas administrativas	23	(491.475)	(933.582)	(843.493)
Despesas tributárias		(21.800)	(39.797)	(34.147)
Resultado de participações em controladas	10	6.956	12.762	6.553
Outras receitas operacionais	24	77.499	131.294	128.418
Outras despesas operacionais	25	(272.829)	(513.409)	(422.552)
Resultado operacional		588.884	1.155.031	967.862
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		588.884	1.155.031	967.862
Imposto de renda e contribuição social	19	(50.855)	(88.908)	(63.509)
Imposto de renda		(33.013)	(56.565)	(42.290)
Contribuição social		(21.463)	(36.647)	(28.125)
Créditos fiscais diferidos líquidos		3.621	4.304	6.906
Participações nos lucros		(68.708)	(135.047)	(128.204)
Participações dos acionistas não controladores		(17.153)	(31.882)	(23.844)
Lucro líquido do semestre/exercício		452.168	899.194	752.305
Juros sobre o capital próprio	18	(127.722)	(127.722)	(101.976)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Sistema Cooperativo Sicredi

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Outras reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(Não auditado)	2.099.661	1.168.101	32.180	5.522	(94)	149.083	3.454.453
Destinação resultado exercício anterior								
Distribuição para associados		-	-	-	-	-	(119.732)	(119.732)
Destinações para reservas	18	-	45.708	-	-	-	(45.708)	-
Reversão reserva legal/absorção perdas		-	(4.245)	-	-	-	4.245	-
Outras destinações	18	-	20.340	-	(3.424)	-	9.553	26.469
Aumento de capital		393.609	-	-	-	-	-	393.609
Baixas de capital	18	(84.012)	-	-	-	-	-	(84.012)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	185	-	185
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	752.305	752.305
Destinações do lucro								
Destinações FATES		-	-	-	-	-	(36.032)	(36.032)
Destinações para reservas		-	396.970	9.125	-	-	(406.095)	-
Juros sobre o capital próprio		83.270	-	-	-	-	(101.976)	(18.706)
Dividendos		-	-	(32.180)	-	-	(8.291)	(40.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(Não auditado)	2.492.528	1.626.874	9.125	2.098	91	197.352	4.328.068
Destinação resultado exercício anterior								
Distribuição para associados	18	-	-	-	-	-	(175.770)	(175.770)
Destinações para reservas		-	64.039	-	(17)	-	(64.022)	-
Reversão reserva legal/absorção perdas	18	-	(21.742)	-	-	-	21.742	-
Outras destinações		-	(13.579)	-	182	-	63.860	50.463
Aumento de capital	18	443.718	-	-	-	-	-	443.718
Baixas de capital		(107.791)	-	-	-	-	-	(107.791)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(223)	-	(223)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	899.194	899.194
Destinações do lucro								
Destinações FATES		-	-	-	-	-	(50.218)	(50.218)
Destinações para reservas		-	474.407	14.374	-	-	(526.360)	(37.579)
Juros sobre o capital próprio		100.739	-	-	-	-	(127.722)	(26.983)
Dividendos		-	-	(9.125)	-	-	(11.055)	(20.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.929.194	2.129.999	14.374	2.263	(132)	227.001	5.302.699
Saldos em 30 de junho de 2013		2.717.479	1.655.920	-	2.263	774	440.212	4.816.648
Destinação resultado exercício anterior								
Distribuição para associados		-	-	-	-	-	67	67
Destinações para reservas	18	-	-	-	(182)	-	-	(182)
Reversão reserva legal/absorção perdas		68	(436)	-	-	-	436	68
Outras destinações	18	-	1.208	-	182	-	48.373	49.763
Aumento de capital		160.647	-	-	-	-	-	160.647
Baixas de capital	18	(49.739)	-	-	-	-	-	(49.739)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(906)	-	(906)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	452.168	452.168
Destinações do lucro								
Destinações FATES		-	-	-	-	-	(50.218)	(50.218)
Destinações para reservas		-	473.307	14.374	-	-	(525.260)	(37.579)
Juros sobre o capital próprio		100.739	-	-	-	-	(127.722)	(26.983)
Dividendos		-	-	-	-	-	(11.055)	(11.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.929.194	2.129.999	14.374	2.263	(132)	227.001	5.302.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Sistema Cooperativo Sicredi

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2013	2012
		2º Semestre	Exercício	Exercício
				(Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		503.023	988.102	815.814
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos				
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(708)	(114)	(1.846)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	367.471	623.676	504.093
Depreciações e amortizações	23	41.856	88.398	96.035
Perda na alienação de imobilizado		6.310	9.456	5.638
Provisão para passivos e litígios	16	19.558	27.512	22.851
Juros dívida subordinada	15.c	7.137	11.453	-
Resultado de participações em controladas	10	(6.956)	(12.762)	(6.553)
Equivalência patrimonial de outros investimentos		(19)	(63)	70
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		937.672	1.735.658	1.436.102
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.340.426	(1.529.179)	168.745
(Aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos		(444.913)	(338.037)	(803.619)
(Aumento) em depósitos compulsórios no BACEN		(131.306)	(119.340)	(191.000)
(Aumento) em relações interfinanceiras e relações interdependências		(72.962)	(2.958)	(4.529)
(Aumento) em operações de crédito		(3.948.186)	(5.032.542)	(4.229.273)
(Aumento) em outros créditos		(162.824)	(309.953)	(40.635)
Redução (aumento) em outros valores e bens		8.550	(5.089)	(6.688)
Aumento em depósitos		1.265.578	4.431.875	3.675.783
Aumento (redução) em captações no mercado aberto		(99.525)	576.492	223.924
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		586.296	930.668	534.662
Aumento em outras obrigações		462.605	285.976	95.684
Caixa líquido aplicado nas/proveniente das operações		(258.589)	623.571	859.156
Impostos de renda e contribuição social pagos		(22.813)	(43.481)	(79.705)
Caixa líquido aplicado nas/proveniente das atividades operacionais		(281.402)	580.090	779.451
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(24.629)	(81.888)	(53.523)
Aquisição de imobilizado de uso		(90.899)	(159.298)	(127.106)
Integralização de capital em empresas controladas		(999)	(2.999)	(2.000)
Aquisição de outros investimentos		(267)	(277)	(5)
Redução do capital de investida		1.060	1.063	1.311
Dividendos recebidos		-	726	229
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(115.734)	(242.673)	(181.094)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dívida subordinada		(4.704)	94.671	-
Aumento de capital		166.649	297.110	273.877
Baixas de capital		(46.413)	(107.791)	(84.012)
Ajustes patrimoniais		(906)	(223)	185
Dividendos pagos		-	(29.162)	-
Participações dos acionistas não controladores		15.259	53.214	28.452
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		129.885	307.819	218.502
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(267.251)	645.236	816.859
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		2.250.280	1.337.793	520.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	1.983.029	1.983.029	1.337.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Sistema Cooperativo Sicredi

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi" ou "Sistema") é integrado por 100 cooperativas de crédito filiadas ("Cooperativas") de primeiro grau, que operam com uma rede de 1.258 pontos de atendimento. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais ("Centrais") – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"), que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda .

Com 2,5 milhões de associados em todo o país, o Sicredi é uma instituição financeira cooperativa feita por pessoas para pessoas. Presente em dez estados brasileiros, promove o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde atua, operando com crescimento sustentável. Tem como diferencial um modelo de gestão que valoriza a participação, no qual os sócios votam e decidem sobre os rumos da sua cooperativa de crédito.

O Sistema, através do Banco Cooperativo Sicredi S.A. firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Development B.V. ("RFID"), braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sicredi e o Sistema Rabobank. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2013 o RFID participa com 18,90% do capital do Banco.

Em outubro de 2012, o Sistema através do Banco firmou acordo de investimento com a International Finance Corporation ("IFC"), membro do Banco Mundial e instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. A parceria visa contribuir para o desenvolvimento do Sicredi. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2013 a IFC participa com 3,12% do capital do Banco.

A aprovação destas demonstrações financeiras combinadas foi dada pela Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 10 de abril de 2014.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas**a) Apresentação das demonstrações financeiras combinadas ("Combinado")**

As demonstrações financeiras combinadas do Sicredi, que são de responsabilidade das Administrações das instituições integrantes do Sistema, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Sistema Cooperativo Sicredi, independentemente da disposição de sua estrutura societária, dos aspectos de controle e governança corporativa e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN. Dessa forma, tais demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas,

bem como não podem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

As demonstrações financeiras combinadas dos Sistemas Cooperativos foram facultadas pelo BACEN e CMN através da Resolução nº 4.151/12 e Circular nº 3.669/13, as quais possibilitam às instituições que compõem os Sistemas Cooperativos a divulgação de suas Demonstrações Financeiras de forma combinada e estabelecem procedimentos para a elaboração e divulgação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

b) Critérios de combinação

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das instituições participantes da combinação, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizados entre as instituições.

c) Relação das instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas

De acordo com a Resolução nº 4.151/12 o sistema cooperativo é o conjunto formado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de crédito e banco cooperativos, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

Em 02 de outubro de 2013, o BACEN definiu, através do artigo 6º da Circular nº 3.669/13, que devem integrar o Balancete Combinado do Sistema Cooperativo todos os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do sistema cooperativo combinado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

As entidades que compõe o Sistema são responsáveis individualmente pela condução de suas atividades de acordo com seu objeto social, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

Diante disso o Sicredi considerou as seguintes entidades em suas demonstrações financeiras combinadas:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.: instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN teve seu funcionamento autorizado pelo BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. O Banco tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo;

Cooperativas Centrais de Crédito: instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



fontes externas, obedecida a legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sicredi;

Cooperativas de Crédito Singulares: instituição financeira não bancária autorizada a funcionar pelo BACEN, devendo ser filiada a Cooperativas Centrais de Crédito;

Fundos de investimento: os fundos de investimento incluídos no combinado em atendimento ao artigo 6º da Circular nº 3.669/13 foram o Fundo Multimercado Centrais Sicredi e o Fundo de Investimento em Ações Sicredi.

As demais entidades do Sicredi segundo estabelecido pela Resolução nº 4.151/12 e Circular nº 3.669/13 não foram incluídas nestas demonstrações financeiras combinadas sendo apresentadas através da participação societária. O detalhamento destas entidades é demonstrado nas notas explicativas 10 e 11.

A composição analítica das participações dos associados do Sistema nas instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas é conforme segue:

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Banco Cooperativo Sicredi	RS	77,98%	73,82%	23.812.778	19.350.956	799.247	477.572	46.545	34.910
Central Sicredi Sul	RS	100,00%	100,00%	6.324.443	5.430.370	306.473	238.710	-	-
Central Sicredi PR/SP/RJ	PR	100,00%	100,00%	2.765.916	2.271.503	131.842	96.678	-	-
Central Sicredi MT/PA/RO	MT	100,00%	100,00%	1.455.692	1.206.945	99.724	94.104	2.052	649
Central Sicredi Brasil Central	MS	100,00%	100,00%	576.781	451.436	25.328	16.408	-	-
Sicredi Centro Norte MT	MT	100,00%	100,00%	1.453.965	533.511	256.918	82.221	29.191	15.269
Sicredi Pioneira RS	RS	100,00%	100,00%	1.179.789	967.339	195.658	170.426	25.588	21.572
Sicredi União RS	RS	100,00%	100,00%	967.294	835.071	168.865	144.770	22.452	18.738
Sicredi Região dos Vales RS	RS	100,00%	100,00%	889.071	766.330	158.536	132.065	22.263	18.017
Sicredi União PR	PR	100,00%	100,00%	1.243.883	967.162	157.953	122.159	18.682	15.593
Sicredi Cataratas do Iguaçu	PR	100,00%	100,00%	968.357	821.653	153.653	116.305	28.114	23.408
Sicredi Itaipu RS	RS	100,00%	100,00%	544.488	200.010	152.608	71.153	9.356	8.582
Sicredi Ceilero do MT	MT	100,00%	100,00%	938.687	747.035	140.386	107.492	30.327	22.967
Sicredi Centro Sul MS	MS	100,00%	100,00%	700.880	613.687	136.000	106.442	25.552	17.075
Sicredi Planalto Gaúcho	RS	100,00%	100,00%	746.966	607.692	128.648	108.737	27.074	21.887
Sicredi Noroeste RS	RS	100,00%	100,00%	522.872	435.531	112.238	96.143	19.666	14.274
Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP	PR	100,00%	100,00%	758.107	579.013	111.892	80.473	24.707	19.753
Sicredi Univales MT	MT	100,00%	100,00%	446.228	303.983	107.396	77.018	25.611	15.890
Sicredi Alto Xingú	MT	100,00%	100,00%	550.603	273.644	102.392	53.932	11.470	9.509
Sicredi Altos da Serra RS/SC	RS	100,00%	100,00%	511.816	429.501	97.266	86.858	6.547	9.849
Sicredi Serrana RS	RS	100,00%	100,00%	814.804	627.776	96.545	78.045	14.262	11.146
Sicredi Região Centro	RS	100,00%	100,00%	593.815	444.170	95.995	71.758	12.680	9.498
Sicredi Alto Uruguai RS/SC	RS	100,00%	100,00%	510.189	419.889	95.451	77.762	14.960	11.339
Sicredi Augusto Pestana RS	RS	100,00%	100,00%	445.154	164.015	92.222	39.192	8.943	5.549
Sicredi Centro Serra RS	RS	100,00%	100,00%	453.672	381.565	89.373	76.239	11.791	8.841
Sicredi Fronteira PR/SC	PR	100,00%	100,00%	432.618	308.948	86.325	62.295	16.684	15.821
Sicredi Sudoeste MT	MT	100,00%	100,00%	446.717	354.018	84.382	60.927	18.537	15.617
Sicredi Ouro Branco RS	RS	100,00%	100,00%	519.668	429.437	83.510	65.674	12.731	10.978
Sicredi Norte RS/SC	RS	100,00%	100,00%	634.939	513.426	81.929	64.606	12.696	3.713
Sicredi Vale do Taquari RS	RS	100,00%	100,00%	461.255	388.925	80.788	67.363	13.261	12.811
Sicredi Vale do Jaguarí RS	RS	100,00%	100,00%	300.651	254.203	77.772	65.700	8.816	8.432
Sicredi Botucaraí RS	RS	100,00%	100,00%	402.725	326.684	73.595	61.882	10.047	8.046
Sicredi Ibiraiaras RS	RS	100,00%	100,00%	465.989	379.595	68.800	54.514	14.472	10.152
Sicredi Costa Oeste PR	PR	100,00%	100,00%	280.190	212.708	68.183	55.217	11.267	8.260
Sicredi Zona Sul RS	RS	100,00%	100,00%	411.887	327.009	66.558	55.476	7.143	6.697
Sicredi Sul MT	MT	100,00%	100,00%	399.025	290.634	64.013	47.498	10.958	7.721
Sicredi Iguaçu PR/SC	PR	100,00%	100,00%	350.123	257.082	62.000	48.935	10.273	8.210
Sicredi Alto Nordeste RS	RS	100,00%	100,00%	347.265	267.341	61.273	47.602	7.580	7.277
Sicredi Vale do Cerrado	MT	100,00%	100,00%	356.412	300.306	59.881	39.416	15.505	8.347
Sicredi Norte MT	MT	100,00%	100,00%	310.126	239.109	59.226	44.077	12.422	7.810
Sicredi Campos Gerais PR/SP	PR	100,00%	100,00%	495.480	340.047	56.868	41.807	10.777	7.240
Sicredi Espumoso RS	RS	100,00%	100,00%	253.944	214.130	54.155	44.180	9.946	7.738
Sicredi Rota das Terras RS	RS	100,00%	100,00%	250.061	210.061	52.367	44.577	6.556	4.491
Sicredi Ceilero RS/SC	RS	100,00%	100,00%	268.064	210.152	50.804	38.857	7.192	4.776
Sicredi Vale do Rio Pardo	RS	100,00%	100,00%	332.166	299.758	50.391	44.552	5.652	3.445
Sicredi Nossa Terra	PR	100,00%	100,00%	253.040	184.491	49.759	40.089	6.676	6.977
Sicredi União MS	MS	100,00%	100,00%	19.1620	114.228	49.213	36.964	8.073	4.501
Sicredi Parque das Araucárias PR/SC	PR	100,00%	100,00%	297.763	223.438	47.229	35.315	8.957	7.834
Sicredi Região da Produção	RS	100,00%	100,00%	373.963	301.454	46.936	39.952	4.950	5.394
Sicredi Oeste PR	PR	100,00%	100,00%	215.335	164.524	45.186	35.260	6.283	5.659
Sicredi Alto Jacuí RS	RS	100,00%	100,00%	247.989	197.104	43.950	36.300	5.976	3.664
Sicredi Ceilero Centro Oeste	MS	100,00%	100,00%	232.934	192.085	42.138	25.826	9.514	4.249
Sicredi Agroempresarial PR	PR	100,00%	100,00%	284.533	221.792	41.876	29.430	9.704	4.687
Sicredi Estação RS	RS	100,00%	100,00%	208.271	158.380	41.790	33.398	6.973	6.364
Sicredi Paranapanema PR/SP	PR	100,00%	100,00%	261.258	222.590	39.429	31.880	3.229	3.191
Sicredi Centro Leste RS	RS	100,00%	100,00%	335.888	279.388	39.387	34.599	3.059	3.602
Sicredi Planalto Médio RS	RS	100,00%	100,00%	295.617	213.739	39.094	29.669	7.726	6.701
Sicredi Fronteira Sul RS	RS	100,00%	100,00%	218.089	179.259	37.958	33.486	2.145	2.688
Sicredi Campo Grande MS	MS	100,00%	100,00%	189.674	138.881	37.913	29.885	5.201	2.540
Sicredi Noroeste MT	MT	100,00%	100,00%	205.589	166.861	37.811	28.741	6.615	3.909
Sicredi União Metropolitana RS	RS	100,00%	100,00%	372.702	316.994	35.469	30.679	2.271	191

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sicredi Grandes Lagos PR	PR	100,00%	100,00%	186.833	146.517	35.261	26.945	6.718	6.261
Sicredi Terceiro Planalto	PR	100,00%	100,00%	184.171	138.051	34.085	24.713	6.832	4.462
Sicredi Centro Sul PR/SC	PR	100,00%	100,00%	197.578	149.168	32.879	24.783	6.892	5.949
Sicredi Norte Sul PR/SP	PR	100,00%	100,00%	237.201	177.490	32.244	24.883	3.278	3.087
Sicredi Grande Palmeira	RS	100,00%	100,00%	157.865	129.650	31.727	26.421	3.987	3.484
Sicredi Pantanal MS	MS	100,00%	100,00%	156.847	129.856	30.669	24.033	4.295	2.883
Sicredi Planalto Central GO	GO	100,00%	100,00%	178.829	158.500	29.274	23.864	4.307	3.747
Sicredi Rio Paraná PR/SP	PR	100,00%	100,00%	178.722	147.712	27.469	22.848	2.399	2.164
Sicredi Nordeste RS	RS	100,00%	100,00%	213.317	143.108	26.878	18.653	1.174	732
Sicredi Ibirubá RS	RS	100,00%	100,00%	121.919	101.462	25.188	20.292	4.236	2.965
Sicredi Centro Sul	RS	100,00%	100,00%	143.274	121.369	24.889	21.553	3.171	2.340
Sicredi Planalto das Araucárias PR/SC	PR	100,00%	100,00%	198.477	141.620	23.647	17.784	5.098	2.955
Sicredi Carajás PA	PA	100,00%	100,00%	127.166	75.127	19.988	13.186	4.575	3.185
Sicredi Empresarial	SC	100,00%	100,00%	116.683	92.180	18.754	14.849	1.769	1.532
Sicredi Verde GO	GO	100,00%	100,00%	80.905	41.503	18.624	8.888	1.943	2.415
Sicredi Sul SC	SC	100,00%	100,00%	124.121	101.227	16.676	15.222	152	1066
Sicredi Vale Litoral SC	SC	100,00%	100,00%	134.907	83.274	16.389	11.686	1.715	893
Sicredi Vale do Ivaí PR	PR	100,00%	100,00%	109.366	83.758	16.318	12.651	3.199	1.155
Sicredi Centro Oeste SP	SP	100,00%	100,00%	87.363	68.325	16.158	15.443	168	3.174
Sicredi Nordeste PA	PA	100,00%	100,00%	70.924	62.123	16.112	10.441	4.785	3.329
Sicredi Capal PR/SP	PR	100,00%	100,00%	155.318	131.634	15.919	12.442	2.333	2.058
Sicredi Quarta Colônia	RS	100,00%	100,00%	72.889	65.725	15.497	14.652	849	1.107
Sicredi União Centro Norte Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	72.197	61.129	12.165	9.875	1.829	1.360
Sicredi Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	82.352	59.651	10.877	9.331	146	362
Sicredi União Cerrado	MS	100,00%	100,00%	69.379	48.132	10.791	8.888	146	885
Sicredi Ajuris	RS	100,00%	100,00%	94.239	79.798	10.311	9.657	1.300	1.559
Sicredi Centro Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	64.143	57.374	10.281	9.740	162	1.380
Sicredi Holambra SP	SP	100,00%	100,00%	82.859	63.838	8.949	7.158	887	1.246
Sicredi Grande São Paulo SP	SP	100,00%	100,00%	51.242	49.260	8.169	7.144	556	829
Sicredi Alta Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	46.846	28.791	8.141	7.834	421	1.390
Sicredi Fetcoop SP	SP	100,00%	100,00%	29.490	17.173	7.556	6.860	98	969
Sicredi Mil	RS	100,00%	100,00%	25.724	20.387	6.188	5.320	897	873
Sicredi Credjuris	PR	100,00%	100,00%	81.235	69.101	6.135	5.791	874	1.402
Sicredi MP	RS	100,00%	100,00%	32.284	32.070	5.315	4.980	255	480
Sicredi Cooperus	RS	100,00%	100,00%	16.078	12.805	3.990	3.497	486	416
Sicredi Mediced	PR	100,00%	100,00%	26.240	22.787	3.055	2.707	237	134
Sicredi Integração	GO	100,00%	-	20.378	-	2.648	-	(196)	-
Sicredi Pol RS	RS	100,00%	100,00%	12.232	9.569	2.278	2.211	206	231
Sicredi São Carlos SP	SP	100,00%	100,00%	10.982	9.080	2.175	1.958	60	677
Sicredi Nova Alta Paulista SP	SP	100,00%	100,00%	12.861	8.593	2.046	1.605	102	178
Sicredi Justiça	RS	100,00%	100,00%	17.555	12.900	1.961	1.939	(74)	209
Sicredi Sincocred PR	PR	100,00%	100,00%	12.912	11.663	1.885	1.724	77	288
Sicredi Copercredi PR	PR	100,00%	100,00%	17.179	13.870	1.816	1.258	(84)	109
Sicredi Credenoreg PR	PR	100,00%	100,00%	14.723	10.310	1.547	1.153	328	215
Sicredi Ouro Verde MT	MT	-	100,00%	-	684.590	-	132.857	5.521	21.988
Sicredi Sudoeste RS	RS	-	100,00%	-	262.031	-	60.660	7.181	5.708
Sicredi Araguaia	MT	-	100,00%	-	184.846	-	32.604	19	6.026
Sicredi Panambi RS	RS	-	100,00%	-	82.271	-	15.364	2.296	2.218
Sicredi Santo Augusto RS	RS	-	100,00%	-	68.912	-	12.690	2.279	357
Sicredi Ajuricaba RS	RS	-	100,00%	-	52.664	-	11.778	1.893	1.365
Sicredi Integradas Centro Leste Paulista SP	SP	-	100,00%	-	51.455	-	8.810	(2.777)	53
Sicredi Vale do Soturno	RS	-	100,00%	-	52.778	-	7.174	(201)	(1.203)
Sicredi Jundiá Sudeste	SP	-	100,00%	-	48.346	-	6.938	(1.155)	125
Sicredi Vale GO	GO	-	100,00%	-	25.449	-	5.323	376	717
Sicredi Metropolitana SC	SC	-	100,00%	-	28.302	-	5.106	(86)	2.042
Sicredi ABCD SP	SP	-	100,00%	-	11.845	-	2.825	136	99
Sicredi Cone Leste SP	SP	-	100,00%	-	7.485	-	1.853	63	103
Sicredi Fronteira MS	MS	-	-	-	-	-	-	-	1.339
Sicredi Jurídica MS	MS	-	-	-	-	-	-	-	450
Sicredi Servidores TO	TO	-	-	-	-	-	-	-	(67)
Fundo Multimercado Centrais Sicredi	RS	100,00%	100,00%	4.534	5.176	4.282	5.164	(882)	584
Fundo de Investimento em Ações Sicredi	RS	100,00%	100,00%	2.021.712	1.537.690	2.015.859	1.533.627	137.231	114.905
Total		107	119	68.233.871	55.520.068	8.703.632	6.768.925	992.182	806.992

d) Instituições incluídas ou excluídas do Sistema

As incorporações decorrem de decisão dos associados das cooperativas envolvidas e visam ampliar a capacidade operacional das cooperativas.

No período entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, houve as seguintes incorporações entre cooperativas do Sistema:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



Incorporadora	Incorporada	Data-base	Patrimônio	
			Líquido	Resultado
Sicredi União Cerrado	Sicredi Servidores TO	04/2012	2.545	(67)
Sicredi Centro Sul MS	Sicredi Fronteira MS	05/2012	16.495	1339
Sicredi Campo Grande MS	Sicredi Jurídica MS	12/2012	9.993	450
Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP	Sicredi ABCD SP	03/2013	2.966	136
Sicredi Cataratas do Iguaçu	Sicredi Cone Leste SP	03/2013	1.890	63
Sicredi Centro Norte MT	Sicredi Ouro Verde MT	04/2013	136.472	5.521
Sicredi Alto Nordeste RS	Sicredi Metropolitana SC	05/2013	5.025	(86)
Sicredi Verde GO	Sicredi Vale GO	05/2013	5.756	376
Sicredi Região Centro	Sicredi Vale do Soturno	07/2013	7.105	(201)
Sicredi União PR	Sicredi Integradas Centro Leste Paulista SP	08/2013	6.479	(2.777)
Sicredi Itaquí RS	Sicredi Sudoeste RS	11/2013	69.266	7.181
Sicredi Alto Xingú	Sicredi Araguaia	11/2013	33.606	19
Sicredi Augusto Pestana RS	Sicredi Panambi RS	11/2013	17.128	2.296
Sicredi Augusto Pestana RS	Sicredi Santo Augusto RS	11/2013	15.208	2.279
Sicredi Augusto Pestana RS	Sicredi Ajuricaba RS	11/2013	13.748	1.893
Sicredi Fronteira PR/SC	Sicredi Jundiá Sudeste	12/2013	6.758	(1.155)

As demonstrações combinadas de resultado e dos fluxos de caixa compreendem as operações das cooperativas incorporadas apenas para o período em que estavam ativas.

Em abril de 2013 houve a fundação da cooperativa Sicredi Integração, no estado de Goiás.

e) Eliminações entre instituições do Sistema

	Aglutinado		Eliminações		Combinado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)	
Ativo						
Circulante e realizável a longo prazo	66.387.845	54.213.742	(28.718.371)	(23.918.849)	37.669.474	30.294.893
Disponibilidades	377.121	278.735	(221)	(118)	376.900	278.617
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.169.784	9.863.538	(3.304.434)	(3.074.320)	8.865.350	6.789.218
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.454.188	10.527.931	(7.520.024)	(5.935.177)	4.934.164	4.592.754
Relações interfinanceiras	10.984.618	9.200.697	(10.239.230)	(8.590.157)	745.388	610.540
Operações de crédito	29.129.763	23.545.034	(7.190.391)	(6.014.528)	21.939.372	17.530.506
Outros créditos	1.205.277	735.802	(464.071)	(304.549)	741.206	431.253
Outros valores e bens	67.094	62.005	-	-	67.094	62.005
Permanente	1.846.026	1.306.326	(1.144.844)	(762.788)	701.182	543.538
Investimentos	1.251.437	855.069	(1.144.844)	(762.788)	106.593	92.281
Imobilizado de uso	439.057	349.686	-	-	439.057	349.686
Intangível	155.532	101.571	-	-	155.532	101.571
Total do ativo	68.233.871	55.520.068	(29.863.215)	(24.681.637)	38.370.656	30.838.431
Passivo						
Circulante e exigível a longo prazo	59.530.239	48.751.143	(26.649.784)	(22.375.068)	32.880.455	26.376.075
Depósitos	27.691.922	23.029.831	(3.304.654)	(3.074.438)	24.387.268	19.955.393
Captações no mercado aberto	7.278.764	5.745.787	(4.935.784)	(3.979.299)	2.342.980	1.766.488
Recursos de aceites e emissão de títulos	19.921	2.404	-	-	19.921	2.404
Relações interfinanceiras	16.983.177	14.030.438	(16.982.265)	(14.029.637)	912	801
Relações interdependências	82.111	69.672	-	-	82.111	69.672
Obrigações por empréstimos	1.335.814	1.464.939	(834.764)	(869.993)	501.050	594.946
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	3.927.600	2.903.036	-	-	3.927.600	2.903.036
Instrumentos financeiros derivativos	3.291	32	-	-	3.291	32
Outras obrigações	2.207.639	1.505.004	(592.317)	(421.701)	1.615.322	1.083.303
Participação de acionistas não controladores	187.502	134.288	-	-	187.502	134.288
Patrimônio líquido	8.516.130	6.634.637	(3.213.431)	(2.306.569)	5.302.699	4.328.068
Total do passivo e do patrimônio líquido	68.233.871	55.520.068	(29.863.215)	(24.681.637)	38.370.656	30.838.431
Demonstrações do resultado						
Receitas da intermediação financeira	6.162.253	5.251.594	(1.211.287)	(1.031.544)	4.950.966	4.220.050
Despesas da intermediação financeira	(3.201.761)	(2.737.862)	1.042.114	916.690	(2.159.647)	(1.821.172)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.616.633)	(1.413.051)	(19.655)	(17.965)	(1.636.288)	(1.431.016)
Imposto de renda e contribuição social	(88.908)	(63.509)	-	-	(88.908)	(63.509)
Participações nos lucros	(135.047)	(128.204)	-	-	(135.047)	(128.204)
Participação dos acionistas não controladores	(31.882)	(23.844)	-	-	(31.882)	(23.844)
Lucro líquido do exercício	1.088.022	885.124	(188.828)	(132.819)	899.194	752.305
Juros sobre o capital próprio	(127.722)	(101.976)	-	-	(127.722)	(101.976)

f) Moeda funcional

As demonstrações financeiras combinadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários do Banco e dos fundos de investimento são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Sistema, através do Banco e dos fundos de investimento, utiliza derivativos, como *swaps* e futuros de taxas de juros, *swap* de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras, opções de taxas de juros e operações a termo.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, registrados como segue:

Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;

Operações de swap e opções - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço;

Operações a termo - pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas ao valor presente, tomando-se por base as taxas de mercado.

As operações são custodiadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização (*"accrual"*) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito e de câmbio

A provisão para perdas com operações de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas, não incluídas na combinação, estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 12.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo BACEN para a data do encerramento do período.

n) Depósitos a prazo, interfinanceiro e poupança

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Deliberação CVM nº 489/05 e na Resolução nº 3.535/08 do BACEN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Plano de pensão - contribuição definida

O Sistema participa de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não tem obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2013	2012 (Não auditado)
Disponibilidades	376.900	278.617
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Revendas a liquidar - posição bancada	1.583.139	1.042.382
Aplicações em moedas estrangeiras	22.990	16.794
Total	<u>1.983.029</u>	<u>1.337.793</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2013	2012 (Não auditado)
Aplicações no mercado aberto	<u>8.520.425</u>	<u>6.449.049</u>
Revendas a liquidar - posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	352.666
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.583.139	675.967
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	13.749
Revendas a liquidar - posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.457.048
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.662.049	2.357.903
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.275.237	1.591.716
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>321.935</u>	<u>323.375</u>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	321.935	323.375
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>22.990</u>	<u>16.794</u>
Aplicações em moedas estrangeiras	22.990	16.794
Total	<u>8.865.350</u>	<u>6.789.218</u>

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	2013	2012 (Não auditado)
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	434.330	705.854
Letras do Tesouro Nacional - LTN	550.793	4.761
Notas do Tesouro Nacional - NTN	13.039	365
Letras Financeiras - LF	821.576	926.081
Debêntures	100.077	39.896
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	207.933	155.184
Títulos de renda variável - ações cias. abertas	8.997	9.749
Fundos de investimento em renda fixa	-	122
Cédula de Produto Rural - CPR	80.909	21.629
Certificado de Depósito Bancário - CDB	23.549	13.739
Outros	24	30
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	342.166	340.522
Vinculados à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.117.183	2.242.803
Cédula de Produto Rural - CPR	66.478	6.851
Outros	72	-
Subtotal (Nota 6.b)	4.767.126	4.467.586
Operações de SWAP	1.945	73
Vendas a termo a receber	165.093	125.095
Total	4.934.164	4.592.754

b) Classificação de títulos e valores mobiliários

	2013		2012	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado (Não auditado)	Valor de mercado (Não auditado)
Mantidas para negociação				
Sem vencimento	8.958	8.958	9.730	9.730
A vencer em até 12 meses	982.460	983.684	229.050	229.241
A vencer acima de 12 meses	926.907	925.377	1.099.042	1.101.605
Subtotal	1.918.325	1.918.019	1.337.822	1.340.576
Disponível para a venda				
Sem vencimento	111	111	141	141
A vencer em até 12 meses	1.581.268	1.581.383	435.831	435.815
A vencer acima de 12 meses	1.268.031	1.267.613	2.691.174	2.691.054
Subtotal	2.849.410	2.849.107	3.127.146	3.127.010
Total	4.767.735	4.767.126	4.464.968	4.467.586

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reclassificadas da posição do Sistema 10.000 LFTs da categoria “Mantidas para negociação” para a categoria “Disponível para venda”, no valor de R\$ 14.

Em 31 de dezembro de 2013, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 220 (2012 – ganho líquido R\$ 152), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 132 (2012 – R\$ 91).

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Nas operações de cédulas de depósitos bancários, de depósitos a prazo em garantia especial e de letras financeiras os emissores são classificados em grupos de rating e para os mesmos são atribuímos spreads a cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia.

As debêntures são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia utilizada para marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação em faixas de prazo, de acordo com o vencimento; ii) rating da operação, que considera o risco do emissor, garantias, etc. e iii) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por faixa de vencimento e rating da operação.

O valor de mercado das cédulas de produto rural é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BM&FBovespa e nos spreads calculados para cada emissor.

As ações integrantes da carteira são valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsas de valores.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Registrados em contas patrimoniais e de compensação conforme regras específicas do BACEN, destinam-se a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção ("*hedge*") contra riscos de mercado que decorram, principalmente, de descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. O Sistema não utiliza estruturas de contabilidade de hedge ("*Hedge Accounting*").

O Sistema adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

2013					2012
Posição líquida dos contratos a vencer					(Não auditado)
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
<u>Compensação</u>					
Contratos futuros	801.599	538.055	171.853	1.511.507	352.073
Contratos de swap	24.104	212.291	6.260	242.655	4.085
Contratos a termo	161.796	4.875	-	166.671	124.418
Total - 2013	987.499	755.221	178.113	1.920.833	
Total - 2012	(Não auditado)	877.602	(427.666)	30.640	480.576
<u>Contratos de swap</u>					
Posição ativa	1.024	189	732	1.945	73
Posição passiva	(235)	-	-	(235)	(32)
<u>Contratos a termo</u>					
Posição ativa	160.349	4.744	-	165.093	125.095
Posição passiva	(3.056)	-	-	(3.056)	-
Total - 2013	158.082	4.933	732	163.747	
Total - 2012	(Não auditado)	124.814	322	-	125.136
2013					2012
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado	(Não auditado) Valor de mercado	
<u>Contratos de futuros</u>					
	1.511.507	58	-	-	
Compromisso de compra	(416.396)	6	-	-	
DI Futuro	(416.137)	(1)	-	-	
DOL Futuro	-	7	-	-	
Ibovespa	(259)	-	-	-	
Compromisso de venda	1.927.903	52	-	-	
DI Futuro	1.926.712	46	-	-	
DOL Futuro	1.191	6	-	-	
<u>Contratos de swap</u>					
	242.655	974	1.710	41	
Posição ativa	236.921	1.260	1.945	73	
Mercado interfinanceiro	229.641	833	1.485	13	
Moeda estrangeira	7.280	427	460	60	
Posição passiva	5.734	(286)	(235)	(32)	
Mercado interfinanceiro	5.468	(279)	(230)	-	
Moeda estrangeira	266	(7)	(5)	(32)	
<u>Contratos a termo</u>					
	166.671	133	162.037	125.095	
Posição ativa	166.671	133	165.093	125.095	
Venda de ações a termo	166.671	133	165.093	125.095	
Posição passiva	-	-	(3.056)	-	
Venda de ações a termo	-	-	(3.056)	-	

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2013, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no Ativo é de R\$ 294 (2012 - R\$ 90) e no Passivo é de R\$ 236 (2012 - R\$ 44).

Os ajustes a valor de mercado das operações de *swap* são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo do diferencial a receber ou a pagar.

O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2013, junto à conta "Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo é de R\$ 167.038 (2012 – R\$ 125.168), e no Passivo é de R\$ 3.291 (2012 – R\$ 32).

O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 17.821 (2012 – R\$ 8.291).

Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 31 de dezembro de 2013, totalizam R\$ 25.445 (2012 – R\$ 28.957).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2013		2012	
	Circulante	Longo prazo	Circulante (Não auditado)	Longo prazo (Não auditado)
Operações de crédito	15.173.878	7.775.820	12.498.254	5.823.250
Empréstimos e títulos descontados	7.493.221	2.305.805	6.442.695	1.701.550
Financiamentos	1.201.560	1.954.432	928.548	1.448.432
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.478.618	3.507.218	5.126.857	2.670.762
Financiamentos imobiliários	479	8.365	154	2.506
Operações de câmbio	58.818	-	89.132	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 15.a)	56.509	-	84.738	-
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.309	-	2.994	-
Contratos de câmbio a liquidar	-	-	1.400	-
Outros créditos	332.748	17.662	58.383	16.170
Títulos e créditos a receber (i)	319.777	-	48.710	-
Devedores por compra de valores e bens	12.841	17.039	8.794	16.170
Avais e fianças honrados	130	623	879	-
Total	15.565.444	7.793.482	12.645.769	5.839.420

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por nível de risco

Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo as operações de câmbio no valor de R\$ 58.818 (2012 – R\$ 89.132) e outros créditos com característica de crédito no valor de R\$ 350.410 (2012 – R\$ 74.553), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.682/99:

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para operações de crédito, de câmbio e de outros créditos	
		2013	2012	2013	2012
		(Não auditado)		(Não auditado)	
AA	0,00	4.158.039	2.881.738	-	-
A	0,50	4.398.479	4.126.050	21.992	20.630
B	1,00	7.096.441	5.698.397	70.964	56.984
C	3,00	5.329.161	4.097.064	159.875	122.912
D	10,00	1.383.943	917.524	138.394	91.752
E	30,00	385.173	252.960	115.552	75.888
F	50,00	147.442	119.824	73.721	59.912
G	70,00	57.601	55.851	40.321	39.096
H	100,00	402.647	335.781	402.647	335.781
Total		23.358.926	18.485.189	1.023.466	802.955

Em 31 de dezembro de 2013 o Sistema possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 15.435 (2012 – R\$ 14.298).

c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor privado	2013					2012
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	(Não auditado) Total da carteira
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Rural	28.826	874.044	5.582.253	3.520.102	10.005.225	7.905.786
Indústria	25.179	317.110	302.716	270.529	915.534	722.247
Comércio	46.530	929.865	986.624	695.796	2.658.815	2.014.018
Intermediação financeira	-	2	4	8	14	318
Outros serviços	31.089	643.045	792.013	815.420	2.281.567	1.783.201
Pessoas físicas	161.329	1.668.576	2.843.012	2.465.600	7.138.517	5.982.406
Habitação	-	153	326	8.365	8.844	2.660
Total - 2013	292.953	4.432.795	10.506.948	7.775.820	23.008.516	
Total - 2012	(Não auditado) 231.729	3.911.788	8.443.869	5.823.250		18.410.636

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
		(Não auditado)
Saldo inicial	817.253	706.914
Constituição de provisão	623.676	504.093
Movimentação de baixados para prejuízo	(402.028)	(319.767)
Reclassificação coobrigações (i)	-	(73.987)
Saldo final	1.038.901	817.253

(i) A partir de 30 de junho de 2012, as coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco, que estavam registrados como "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" passaram a serem registradas na rubrica "Outras obrigações – diversas".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 151.163 (2012 – R\$ 115.121), foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram realizadas renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$ 306.550 (2012 – R\$ 387.133).

8. Outros créditos – Diversos

	2013	2012 (Não auditado)
Devedores por convênios	7.829	8.182
Devedores por depósitos em garantia	32.718	25.210
Adiantamentos e antecipações salariais	5.637	6.051
Impostos e contribuições a compensar	1.172	1.833
Compensação interna	-	-
Cotas de consórcio	3.399	2.072
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.920	1.604
Valores honrados	10.539	10.317
Repasse a regularizar	154	227
Pendências a regularizar	11.739	14.732
Devedores por convênios INSS	14.101	11.462
Cartão múltiplo a receber	4.918	3.093
Outros devedores cartão múltiplo	11.382	5.079
Outros	14.252	10.899
Total circulante	121.760	100.761
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	85.007	78.937
Tributos diferidos (Nota 19.b)	20.287	15.877
Total realizável a longo prazo	105.294	94.814

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

9. Outros valores e bens

	2013	2012 (Não auditado)
Bens não de uso próprio	68.567	61.210
Imóveis	50.647	46.880
Veículos	4.446	4.061
Máquinas e equipamentos	2.215	2.032
Bens em regime especial	11.239	8.234
Outros	20	3
Material em estoque	1.244	1.203
Despesas antecipadas	5.800	5.255
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(8.517)	(5.663)
Total	67.094	62.005



10. Participação em controladas no País

Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial na Administradora de Cartões Sicredi Ltda. (Administradora de Cartões), Corretora de Seguros Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi Ltda. (Administradora de Bens) e Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. (Administradora de Consórcios):

	Administradora de Cartões		Corretora de Seguros		Administradora de Bens (i)		Administradora de Consórcios (ii)		Total	Total
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Número de quotas possuídas	2.421	2.421	399	399	46.276	46.276	13.826	10.826		
Percentual de participação	99,99	99,99	99,75	99,75	99,98	99,98	99,99	99,99		
Capital social	2.421	2.421	400	400	46.286	46.286	13.827	10.827		
Patrimônio líquido	19.414	14.589	10.630	7.720	46.987	47.609	22.763	14.833		
Lucro líquido do exercício ajustado	4.825	3.182	2.911	769	104	1.324	4.930	1.280		
Valor do investimento	19.411	14.587	10.604	7.700	46.977	47.599	22.761	14.832	99.753	84.718
Equivalência patrimonial	4.824	3.182	2.904	767	104	1.324	4.930	1.280	12.762	6.553

(i) A Administradora de Bens distribuiu dividendos no valor de R\$ 726 no primeiro semestre de 2013.

(ii) A Administradora de Consórcios teve seu Capital aumentado em R\$ 2.000 no primeiro semestre de 2013 e em R\$ 999 no segundo semestre de 2013.

11. Outros investimentos

Os outros investimentos são participações do Sistema em outras empresas conforme abaixo:

	2013	2012
		(Não auditado)
Redesys	755	1.583
Confederação Sicredi	5.372	5.372
Outros investimentos	713	608
Total	6.840	7.563

12. Imobilizado de uso e intangível

	2013			2012	Taxas anuais de depreciação/amortização %
	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	(Não auditado) Líquido	
Imobilizado de uso	741.835	(302.778)	439.057	349.686	
Terrenos	41.753	-	41.753	30.910	0
Edificações	88.458	(18.837)	69.621	52.168	2 a 4
Móveis e utensílios e instalações	311.874	(147.952)	163.922	142.027	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	169.416	(106.971)	62.445	50.635	20
Sistemas de transporte	30.469	(13.019)	17.450	15.870	20
Outras imobilizações	30.715	(15.999)	14.716	14.532	10 a 20
Imobilizações em andamento	69.150	-	69.150	43.544	0
Intangível (i)	257.451	(101.919)	155.532	101.571	5 a 10
Total - 2013	999.286	(404.697)	594.589		
Total - 2012				451.257	
		(338.270)			

(i) Refere-se a investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares.

13. Depósitos e captações no mercado aberto

Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	2013				2012
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(Não auditado) Total
Depósitos	10.117.973	2.576.530	11.692.765	24.387.268	19.955.393
Depósitos à vista	3.784.654	-	-	3.784.654	3.074.438
Depósitos de poupança rural	3.784.799	-	-	3.784.799	2.923.104
Depósitos interfinanceiros	1.715.762	1.950.683	-	3.666.445	3.377.773
Depósitos a prazo	832.758	625.847	11.692.765	13.151.370	10.580.078
Captações no mercado aberto	2.038.704	46.824	257.452	2.342.980	1.766.488
Carteira própria	35.441	46.824	257.452	339.717	338.073
Carteira de terceiros	2.003.263	-	-	2.003.263	1.428.415
Fundos de investimentos	1.970.850	-	-	1.970.850	1.425.893
Instituições financeiras	32.413	-	-	32.413	2.522
Total - 2013	12.156.677	2.623.354	11.950.217	26.730.248	
Total - 2012					21.721.881
	8.844.689	3.377.383	9.499.809		

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2013				2012
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(Não auditado) Total
Empréstimos no País	52.045	321.484	-	373.529	496.264
Empréstimos no Exterior	17.377	110.144	-	127.521	98.682
Repasses no País	99.944	555.168	3.272.488	3.927.600	2.903.036
Total - 2013	169.366	986.796	3.272.488	4.428.650	
Total - 2012					3.497.982
	209.891	879.977	2.408.114		

Os empréstimos no País são representados por operações de Cédula de Crédito Bancário – CCB e Contratos de Mútuo para repasse de empréstimos em moeda estrangeira, proveniente de

recursos captados no exterior e convertidos em moeda nacional, com vencimentos até o ano de 2014.

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira para aplicações em operações comerciais de câmbio, com vencimento máximo em 360 dias.

Os recursos internos para repasses no País representam captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais, conforme aplicável, até o ano de 2025. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa, acrescidos da comissão de repasse.

15. Outras obrigações

a) Carteira de câmbio

	2013	2012 (Não auditado)
Câmbio vendido a liquidar	2.393	2.473
Obrigações por compra de câmbio	62.535	88.534
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 7.a)	(56.509)	(84.738)
Total	8.419	6.269

b) Diversas

	2013	2012 (Não auditado)
Circulante		
Cheque administrativo	361.433	388.006
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	247.984	217.841
Credores por convênios INSS	576	503
Juros poupança rural	11.572	6.860
Credores por convênio	33.368	22.259
Obrigações por convênios oficiais	539	654
Provisão coobrigações (ii)	95.208	73.534
Pendências a regularizar	9.652	10.402
Estabelecimento credenciado - cartão múltiplo	21.381	26.601
Cartão Sicredi	23.384	31.961
Operações com cartão de crédito (iii)	270.122	1
Demais fornecedores	38.528	29.622
Credores diversos	78.248	42.909
Total circulante	1.191.995	851.153
Provisão para pagamentos a efetuar	5.407	3.151
Provisão para contingências (Nota 16)	48.812	35.707
Total exigível a longo prazo	54.219	38.858

(i) Refere-se principalmente a obrigações trabalhistas como participação nos resultados, férias, 13º salário e encargos.

(ii) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(iii) A rubrica refere-se a valores a pagar de transações de cartões de crédito. A partir de janeiro/2013, a contabilização das compras parceladas a vencer passou a ser registrada nas cooperativas.

c) Dívida subordinada

Em 07 de fevereiro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.444/07 o Banco efetuou operação de captação junto à IFC. A captação de recursos no exterior no valor de R\$ 99.375 com vencimento em dezembro de 2021, possui remuneração anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado da dívida subordinada junto à IFC é de R\$ 106.124. A despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizou R\$ 11.453 e está apresentada na rubrica "Operações de empréstimos e repasses".

Este instrumento possui cláusulas restritivas de dívida ("covenants"). Estas incluem, entre outras, cláusulas de manutenção de certos índices financeiros, tais como índice de Basileia, exposição ao risco de crédito, taxa de juros e câmbio apurados trimestralmente. O descumprimento destas cláusulas implica no acréscimo à remuneração anual de 2%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Sistema atendeu a todos os indicadores previstos.

16. Passivos contingentes

O Sistema possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	2013	2012
				(Não auditado)
Trabalhista	Provável	34.632	34.632	25.528
Cível	Provável	6.984	6.984	5.326
Fiscal	Provável	6.743	6.743	4.400
Outros	Provável	453	453	453
Total			48.812	35.707

O saldo da provisão para passivos contingentes (outros) refere-se à provisão de risco dos créditos securitizados pelas filiadas no exercício de 1996. Este alongamento de dívidas de crédito rural, "Securitização", está baseado na Lei nº 9.138/95, Resolução nº 2.238/96 e Carta Circular nº 2.642/96, ambas do Banco Central do Brasil e posteriormente a Lei nº 10.437/02 e Resolução nº 2.963/02 do Banco Central do Brasil.

A base de cálculo desta provisão de risco, baseada nos valores emprestados com recursos repassados pelo Banco do Brasil S.A., estão registrados em conta de compensação, como Coobrigações em Cessões de Crédito e Créditos baixados como prejuízo.

Em 31 de dezembro de 2013, o Sistema possuía também processos trabalhistas, cíveis e fiscais cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 8.753, R\$ 19.744 e R\$ 31.340 (2012 – R\$ 8.626, R\$ 17.817 e R\$ 24.050), respectivamente.

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2013	2012
		(Não auditado)
Saldo inicial	35.707	23.850
Baixa por pagamento	(14.407)	(10.994)
Constituição de provisão	27.512	22.851
Saldo final	48.812	35.707

Em 31 de dezembro de 2013, temos depósitos judiciais no montante de R\$ 32.718 (2012 – R\$ 25.210), registrados na rubrica de “Outros créditos”, os quais estão relacionados a estas contingências.

17. Participação dos acionistas não controladores

Em 31 de dezembro de 2013, o RFID e a IFC detêm, respectivamente, participação de 18,90% (2012 – 26,18%) e 3,12% (2012 – 0%) das ações do Banco.

As participações do RFID e da IFC dá-se em ações preferenciais classe A (PNA) e ações preferenciais classe B (PNB), respectivamente. Os dividendos a serem pagos a essas ações são calculados à proporção da participação do RFID e IFC e o patrimônio líquido das cooperativas, chamada de QPL (quociente de participação nos lucros). Em 31 de dezembro de 2013 o QPL do RFID e da IFC é de 3,13% (2012 – 3,30%) e 0,12% (2012 – 0), respectivamente.

	2013		2012	
	RFID	IFC	RFID (Não auditado)	IFC (Não auditado)
Patrimônio líquido do Banco	799.247		477.572	
Participação (%)	18,90%	3,12%	26,18%	0,00%
Participação (R\$)	151.055	24.961	125.052	-
Dividendo adicional	11.761	(275)	9.236	-
Participação acionista não controlador	162.816	24.686	134.288	-
QPL	3,13%	0,12%	3,30%	0,00%

Em 28 de fevereiro de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 23.918 representado por 20.612.005 ações preferenciais classe A, ao valor unitário de R\$ 1,160397967 para o RFID, aprovado pelo BACEN em 09 de abril de 2013, a capitalização foi via integralização de dividendos.

Em 29 de abril de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 19.993, representado por 17.874.849 ações preferenciais classe B, ao valor unitário de R\$ 1,118498958 para a IFC, aprovado pelo BACEN em 24 de maio de 2013, a capitalização foi via caixa.

Em 29 de outubro de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 4.165, representado por 3.648.260 ações preferenciais classe B, ao valor unitário de R\$ 1,141726900 para a IFC, aprovado pelo BACEN em 27 de novembro de 2013, a capitalização foi via caixa.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2013	2012 (Não auditado)
Capital social	2.929.194	2.492.528
Quantidade de associados	2.626.091	2.368.632

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as cooperativas aumentaram seu capital social no montante de R\$ 443.718 (2012 - R\$ 393.609), sendo R\$ 146.608 (2012 - R\$ 119.732) via integralização de sobras e R\$ 297.110 (2012 - R\$ 273.877), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 107.791 (2012 - R\$ 84.012).

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação:

- Juros sobre o capital integralizado remunerado anualmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, limitado ao máximo de até 12% ao ano, a serem propostos pelo Conselho de Administração da cooperativa. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739/97 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício e ajustados ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras do exercício, no valor de R\$ 127.722 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 101.976), na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê:
 - (i) que os resultados positivos das operações com não-cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; e
 - (ii) que a perda apurada no semestre será coberta com recursos provenientes da Reserva Legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados com as sobras de exercícios futuros, conforme a Lei Complementar 130/09, cujo o saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 21.742 (2012 - R\$ 4.245).
- Até 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- O valor total recuperado, referente às operações de créditos baixadas como prejuízos, será destinado à constituição da Reserva Legal; e
- A Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

No Banco, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota vigente de 15% e as provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no período, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012 (Não auditado)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.019.984	839.658
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(407.994)	(335.863)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Resultado de participações em controladas	5.105	2.621
Incentivos fiscais	3.356	2.572
Constituição de PPR pessoal	(3.655)	(1.788)
Reversão de IR e CSLL do exercício anterior	(1.567)	390
Receita com atos cooperativos	263.536	227.139
Prejuízo Fiscal	197	240
Juros sobre o capital próprio	51.089	40.790
Outros líquidos	1.025	390
Subtotal	319.086	272.354
Temporárias		
(Provisão) de PPR	883	(499)
(Provisão) para operações de crédito	(3.697)	(4.542)
(Provisão) de passivos contingentes	(1.497)	(1.716)
Ajuste de títulos marcados a mercado	7	(149)
Subtotal	(4.304)	(6.906)
IRPJ e CSLL correntes	(93.212)	(70.415)
Constituição de créditos tributários	4.304	6.906
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(88.908)	(63.509)

b) Tributos diferidos ativos e passivosi. *Composição dos tributos diferidos*

Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social vigentes, apresentam-se como segue:

	2013	2012 (Não auditado)
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	3.853	2.356
Provisões de PLR e PPR	5.390	6.273
Provisão para perdas em ativos	10.835	7.138
Marcação a mercado TMM's e instrumentos financeiros derivativos	207	39
Total	20.285	15.806

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 6,91% (2012 – 6,56%), calculada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 19.455 (2012 – R\$ 15.089).

Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

ii. Período estimado de realização

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Ano	Valor dos créditos	
	2013	2012
		(Não auditado)
2013	-	14.189
2014	15.329	1.288
2015	4.661	400
2016	148	-
2017	-	-
2018	220	-
2019	(71)	-
Total	20.287	15.877

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido do Sistema e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Sistema.

iii. Movimentação no período

	Diferido ativo		Diferido passivo		Patrimônio líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)
Saldo no início do exercício	15.877	9.087	(71)	(40)	71	(77)
Créditos tributários constituídos	17.277	14.058	(845)	(1.978)	555	(1.776)
Créditos tributários realizados	(12.867)	(7.268)	914	1.947	(730)	1.924
Saldo no final do exercício	20.287	15.877	(2)	(71)	(104)	71

20. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Instituições relacionadas / controladas

As entidades efetuam transações junto a partes relacionadas, incluindo empresas que não fazem parte do processo de combinação desta demonstração financeira. Abaixo apresentamos as operações realizadas com partes relacionadas, sumariadas por grupo contábil:

	2013	2012 (Não auditado)
Ativo	257.126	192.916
Outros créditos - Rendas a receber	17.544	14.044
Outros créditos - Diversos	85.007	78.937
Intangível	154.575	99.935
Passivo	179.033	79.432
Depósitos à vista	29.275	23.891
Depósitos a prazo	26.255	9.943
Carteira de terceiros	105.712	31.249
Diversas	17.791	14.349
Receitas	27.792	34.150
Outras receitas operacionais	27.792	34.150
Despesas	323.951	289.785
Operações de captação no mercado	8.231	2.854
Outras despesas administrativas	504	405
Outras despesas operacionais	315.216	286.526

b) Transações com administradores

As transações com administradores referem-se a saldos de operações de crédito e depósitos (à vista e a prazo) mantidas nas cooperativas por seus administradores (diretores e conselheiros de administração).

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores, sumariadas por grupo contábil:

	2013	2012 (Não auditado)
Ativo	142.083	139.623
Operações de crédito	142.083	139.623
Passivo	115.144	102.381
Depósitos à vista	12.385	17.082
Depósitos a prazo	102.759	85.299

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi segue a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade.

Em relação à remuneração da Administração do Banco, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o período foi de R\$ 75.519 (2012 – R\$ 61.829) a qual é considerada benefício de curto prazo e benefício pós-emprego.

21. Fundos de investimento administrados pelo Banco

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2013 atingiram R\$ 8.629.253 (2012 - R\$ 6.840.674). A receita com a administração dos fundos de investimento, no período, atingiu R\$ 7.616 (2012 – R\$ 5.510) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

22. Receitas de prestação de serviços

	2013 2º Semestre	2013 Exercício	2012 Exercício (Não auditado)
Renda administração de fundos	4.095	7.616	5.510
Receita de cobrança	45.429	84.726	68.573
Receita de custódia	856	1.586	1.264
Receita de serviços bancários	139.446	261.029	215.991
Receita de taxa administração recursos	878	1.660	1.646
Receita de processamento da compe	26.548	49.813	43.330
Receita de anuidades cartões	17.288	32.683	27.957
Receita de colocação de seguros	89.572	154.769	129.641
Receita de garantias prestadas	367	712	390
Receita de convênios	55.514	105.640	92.523
Receita de compartilhamento Tecban	24.678	45.193	36.297
Receitas de outros serviços	37.424	66.550	49.289
Total	442.095	811.977	672.411

23. Outras despesas administrativas

	2013 2º Semestre	2013 Exercício	2012 Exercício (Não auditado)
Serviços do Sistema Financeiro (i)	66.649	128.556	119.456
Depreciação e amortização	41.856	88.398	96.035
Comunicação	32.068	61.050	55.424
Processamento de dados	4.164	7.798	8.218
Serviços de terceiros (ii)	80.403	150.783	136.821
Despesas de água, energia e gás	9.662	21.208	23.857
Despesas de aluguéis	45.529	87.211	72.234
Despesas de manutenção e conservação de bens	28.230	54.063	45.132
Despesas de material	8.990	17.398	20.820
Despesas de promoções e relações públicas	47.172	85.059	71.324
Despesas de propaganda e publicidades	8.812	16.610	15.366
Despesas de transporte	30.422	56.463	45.150
Despesas de viagem	10.069	16.180	13.713
Despesas de taxas e emolumentos	12.596	22.224	17.625
Assistência social, educacional e técnica	20.110	41.236	36.253
Ressarcimento de tarifas	10.242	19.809	16.233
Outras despesas	34.501	59.536	49.832
Total	491.475	933.582	843.493

(i) Rubrica composta substancialmente por despesas de prestação de serviços de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF e PROGER.

(ii) Refere-se a serviços terceirizados pelo Sistema como vigilância, serviços jurídicos e processamento de cartão de crédito.

24. Outras receitas operacionais

	2013 2º Semestre	2013 Exercício	2012 Exercício (Não auditado)
Absorção de dispêndios - FATES	14.396	35.285	31.360
Recuperação de encargos e despesas	26.883	38.216	35.500
Reversão provisões operacionais	3.555	12.979	11.826
Doação Sicredi Fundos Garantidores	22.352	27.792	34.150
Convênio - compensação	-	1.410	3.988
Lucros na alienação de valores e bens	2.089	3.467	530
Outras receitas	8.224	12.145	11.064
Total	77.499	131.294	128.418

25. Outras despesas operacionais

	2013 2º Semestre	2013 Exercício	2012 Exercício (Não auditado)
Contribuição Confederação Sicredi (i)	111.064	211.693	172.491
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	35.714	76.276	74.084
Provisão para passivos contingentes	19.558	27.512	22.851
Descontos concedidos em renegociações	38.555	67.835	54.657
Cartões	25.815	45.781	35.246
Contribuição O.C.E.	2.844	5.689	4.665
Encargos administração financeira	3.104	5.729	5.055
Perdas operacionais	10.041	16.632	13.321
Despesas com aquisição	2.904	6.674	2.412
Outras despesas	23.230	49.588	37.770
Total	272.829	513.409	422.552

(i) Refere-se a contribuições efetuadas pelo Sistema para a Confederação Sicredi pela prestação de serviços, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento.

26. Estrutura de gerenciamento de risco

a) Risco de crédito

O risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão das obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas nas condições pactuadas.

Contudo, dada à característica das atividades das instituições financeiras, todas as operações de crédito estão de alguma forma expostas ao risco, cabendo ao Sistema a realização de uma eficiente gestão com intuito de mitigar estes riscos, adequando as exposições aos níveis aceitáveis pela administração.

Para realização desta gestão devem ser controlados os seguintes fatores:

- Tamanho da exposição;
- Prazo da exposição;
- Probabilidade de inadimplência;
- Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, clientes individuais ou grupos econômicos, porte financeiro dos clientes individuais ou grupos econômicos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e
- Diversificação do portfólio.

Este controle deve ser realizado através do estabelecimento de uma política clara e eficiente, alinhada com a cultura de crédito do Sistema, da definição de uma adequada estrutura de gerenciamento de risco de crédito, da mensuração adequada das perdas esperadas e não esperadas e do gerenciamento dos indicadores de exposição ao risco de crédito e de rentabilidade.

i. Cultura de crédito

O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade de preservar os recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos:

- Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads;
- Concessão do crédito benéfica ao tomador, permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas;
- Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras;
- Observação incondicional da Política de Crédito;
- Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes;
- Crescimento sustentável das carteiras; e
- Utilização adequada dos sistemas de informações.

ii. Estrutura de gestão de risco de crédito

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas entidades, áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Crédito e Risco de Crédito, subordinada à Diretoria Executiva de Crédito do Banco Cooperativo Sicredi S.A., responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Esta unidade tem como principais atribuições responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; prover modelos quantitativos e técnicas qualitativas nos processos de concessão e manutenção de crédito; estabelecer e prover metodologias e ferramentas de recuperação de crédito; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi; capacitar os principais participantes do ciclo de crédito a fim de disseminar o conhecimento e a cultura do crédito responsável e, desta forma, contribuir para a sustentabilidade do Sistema.

As entidades, áreas e colegiados locais, são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente, cabendo ainda, às Centrais Estaduais e Cooperativas Singulares, a responsabilidade formal por esta gestão, incluindo a indicação de Diretor responsável junto ao Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN 3.721/09, e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

iii. Política de crédito

A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Elaboração do Produto: esta etapa consiste em planejar adequadamente fatores como: público-alvo, formas de pagamento, fluxo de aprovação, prazos, taxas, garantias e retorno esperado para evitar o insucesso de um produto.

Iniciação ao Crédito: esta etapa refere-se ao processo de concessão do crédito, em que são definidas as políticas e estratégias, modelos de decisão, fluxo e critérios da análise de crédito, sistemas de captura e aplicação da política, ficha cadastral, política de exceção, entre outros.

Manutenção do Crédito: esta etapa consiste em atualizar e administrar corretamente as necessidades e informações do cliente, bem como acompanhar e gerir os limites. As principais funções são administração dos limites, autorizações de utilizações, oferta de novos produtos, prevenção à cobrança, entre outros.

Cobrança: etapa em que é realizado o processo de recuperação do crédito e recuperação do cliente, quando possível.

Perdas de Crédito: reconhecimento das perdas. No Brasil, a baixa a prejuízo é regulada pela Resolução 2.682/99 e deve ocorrer após uma operação permanecer classificada em *rating* H durante seis meses e inadimplente durante 180 (cento e oitenta) dias.

Gerenciamento de Risco: as informações referentes aos resultados verificados durante todo o ciclo de crédito são utilizadas nesta etapa para gerenciar os riscos e traçar novas estratégias.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar:

- As normas legais;
- A definição estratégica da instituição;
- Os objetivos a serem alcançados;
- A forma de decisão e de delegação de poder;
- Os limites de crédito;
- A análise de crédito;
- A composição e a formalização dos processos; e
- A administração e o controle de crédito.

A constituição destes fatores/padrões tem como objetivo principal equilibrar o resultado da entidade, através de uma excelente qualidade da carteira de crédito, de um eficiente gerenciamento do risco orientando as atividades de crédito e delimitando os níveis de tolerância. Além de atuar tática e estrategicamente com as metas e planos da entidade.

iv. Delimitações do crédito

No Sistema, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes, classificados em:

Sinais de alerta: as ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;

Critérios Restritivos: os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;

Critérios de Impedimento: os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Banco. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente no momento da concessão e liberação do crédito;

Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a exigibilidade a crédito.

A deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada individual: atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de crédito: alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

v. Recuperação de crédito

No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pela Gerência de Recuperação de Crédito e por Assessorias de Cobrança.

vi. Operações com o mercado financeiro

A política de risco de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito. Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Análise de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e *rating* das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, obrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.

b) Risco de liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090/12 do CMN, e à Circular nº 3.393/08 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema Cooperativo Sicredi está centralizado no Banco sob unidade específica responsável pelo monitoramento do risco de liquidez do Sistema. O

atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez;
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez.

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre os depósitos totais diários, tais recursos devem mantidos na centralização financeira sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais, conforme segue:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Risco de Liquidez”.

c) Risco de mercado

A política de risco de mercado do Sicredi destaca os elementos essenciais que dão sustentação à estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada, traçando as diretrizes seguidas no gerenciamento de risco de mercado do Sistema.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado foi implantada na Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco, subordinada à Diretoria de Economia e Riscos, e tem como abrangência de atuação todo o Sistema.

As principais diretrizes traçadas para a gestão do risco de mercado no Sistema consistem em:

- Estabelecer práticas alinhadas e comuns a todas as entidades;
- Gerenciar e controlar as exposições assumidas, de forma a garantir a adoção de uma visão sistêmica no controle de riscos;
- Estabelecer princípios de governança e divulgação de informações de risco de mercado para o conjunto de entidades; e
- Garantir a revisão e aperfeiçoamentos permanentes das metodologias e práticas de gestão de risco de mercado;

Essas diretrizes estão em conformidade com os normativos em vigor e as melhores práticas de gerenciamento do risco de mercado, sendo compatíveis com o perfil de risco de mercado do Sicredi. A definição de risco de mercado, os tipos de risco gerenciados e as metodologias adotadas na sua gestão serão apresentados a seguir:

i. Definição, tipos e categorias de riscos avaliados

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento adotado abrange os seguintes tipos de riscos de mercado:

Risco de Taxas de Juros: risco de perda no valor econômico de uma carteira decorrente dos efeitos de mudanças adversas das taxas de juros. As categorias de risco de taxas de juros gerenciadas incluem exposições a taxas de juros pré-fixadas, a cupons de moedas estrangeiras, a cupons de preços, e a cupons de taxas de juros pré-fixadas;

Risco de Derivativos: risco de perdas devido ao uso de derivativos, para especulação ou para proteção de posições (hedge). As categorias de risco de derivativos avaliados incluem, entre outros, contratos de “swaps”, contratos futuros (Juros, Câmbio e Cupom Cambial), operações a termo e estruturadas e Opções;

Risco de “Hedge”: risco de perdas devido ao uso inapropriado de instrumentos para proteção (hedge), estando incluídas todas as operações estruturadas com intenção de proteger as carteiras;

Risco de Ações: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado das carteiras de ações. As categorias avaliadas incluem todos os ativos de renda variável, com destaque para ações e direitos de subscrição;

Risco de Taxas de Câmbio: risco de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de câmbio. As categorias de operações com moeda estrangeira incluem, entre outras: Dólar dos Estados Unidos da América, Euro, Franco Suíço, Iene e Libra Esterlina; e

Risco de “Commodities”: risco de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de “commodities”.

As categorias supracitadas ilustram a possibilidade de perdas decorrentes da incerteza quanto aos valores futuros dos ativos negociados e/ou dos valores de variáveis correlacionadas que lhe sirvam como instrumento (lastro). A gestão de riscos de mercado consiste em um processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros utilizados, através de uma gama de metodologias de mensuração, conforme destacado a seguir.

ii. Método de gerenciamento de risco de mercado adotado

A quantificação ou mensuração do risco de mercado no Sistema baseia-se na decomposição das operações nos seus respectivos fatores e, a partir desta, da realização das seguintes análises, entre outras:

Análise de GAPS: descasamento de operações – ativos e passivos – avaliado de acordo com uma estrutura futura de taxa de juros ou cupom;

Valor em Risco – VaR: medida estatística que projeta a perda máxima do valor de um ativo ou de uma carteira em condições normais de mercado;

Análise de Sensibilidade: medida de variação no valor da carteira em função de alterações na estrutura de juros; e

Testes de Estresse: medidas para determinação dos efeitos de condições extremas de mercado sobre o valor da carteira.

As metodologias aplicadas têm como objetivo quantificar os riscos assumidos, de forma a gerenciar as exposições, de acordo com as suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite a risco da instituição, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas.

Um elemento essencial na aplicação dessas metodologias consiste na segregação das carteiras em negociação (*trading*) e não negociação (*banking*). De acordo com a carteira, métodos diferentes poderão ser aplicados, seja de forma gerencial, seja para alocação de capital para riscos.

iii. Processo de gerenciamento de risco de mercado

O Sicredi adota uma série de práticas visando gerenciar o risco de mercado das operações, produtos e negócios realizados, bem como garantir a alocação de capital econômico compatível com os níveis de exposições. Essas práticas variam conforme a natureza e a magnitude das exposições a risco de mercado incorridas, bem como das características das instituições pertencentes ao Sistema.

Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de mercado para todas as carteiras geridas, nas quais são aplicados os recursos financeiros das instituições do Sistema;
- Identificação, apuração, monitoramento e controle dos requerimentos de capital para risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) e das demais exposições expostas a exigibilidades; e
- Realização de testes sistemáticos sobre as exposições assumidas nas carteiras, especialmente as classificadas na categoria de não negociação (*banking*), com vistas a apurar os potenciais impactos de choques adversos sobre o capital.

Esses processos, gerenciais e legais, são conduzidos pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco, com base nas premissas apresentadas a seguir.

iv. Monitoramento, comunicação e reporte

Os riscos apurados são avaliados e reportados aos responsáveis pelo risco de mercado das entidades do Sistema, respeitando a periodicidade em que são medidos. A Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco monitora as exposições individuais e sistêmicas, as exceções aos limites estabelecidos e as situações atípicas de mercado que possam resultar em perdas significativas para as carteiras. Essas exposições são reportadas em Comitês Técnicos e Decisórios, bem como informadas aos gestores responsáveis, com vistas à sua adequação. Após a comunicação de eventuais desenquadramentos, as exposições excessivas devem ser ajustadas no prazo de até 24 horas.

v. Controle de limites de exposição financeira

As políticas de investimento internas do sistema e as análises e simulações realizadas pela Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado no processo de monitoramento de riscos servem de fundamento para a definição dos limites e recomendações a serem respeitados pelo Sicredi. Essa definição tem como objetivo estabelecer o potencial de consumo do capital das operações da carteira de negociação presentes e futuras, garantindo a manutenção de um volume suficiente de recursos para fazer frente aos riscos mensurados.

A partir destas análises, das exposições observadas, da estrutura de produtos e serviços e do apetite ao risco da instituição, a Gerência de Análise Econômica propõe para apreciação do Comitê Técnico de Riscos:

- O limite máximo de perdas da carteira de negociação, controlados através do VaR diário.

Com a apreciação do Comitê Técnico de Riscos, o estabelecimento do limite em VaR deve ser aprovado pela Diretoria Executiva do Banco e revisto no mínimo anualmente. Além do limite em VaR, a Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado pode propor para apreciação, caso entenda necessário, outras formas de controle através da:

- Atribuição de volumes máximos de exposição em um determinado ativo ou fator de risco

vi. Classificação de carteiras

A carteira de negociação é composta por posições em instrumentos financeiros e ativos mantidos com a finalidade de negociação ou cobertura (hedge) de outros instrumentos da carteira de negociação. Para serem incorporados a esta carteira, os instrumentos financeiros devem estar livres de qualquer restrição de negociabilidade, podendo ser totalmente cobertos.

Os seguintes requisitos devem ser satisfeitos para receberem o referido tratamento:

- Manter estratégias de negociação de posições/instrumentos claramente documentadas e aprovadas pela alta direção (incluindo o horizonte esperado de manutenção das posições); e
- Manter políticas e procedimentos claramente definidos para a gestão ativa da posição, para assegurar-se que:
 - As posições são geridas por uma equipe de negociação;
 - Existam limites estabelecidos para as posições e garantias de que os mesmos sejam supervisionados para comprovar sua adequação;
 - Que o pessoal encarregado pela negociação conte com autonomia para tomar e gerir as posições dentro dos limites aprovados e em conformidade com a estratégia definida;
 - Que as posições sejam avaliadas a preços de mercado pelo menos diariamente e, no caso de seguirem um modelo, que os parâmetros sejam avaliados com periodicidade diária;
 - Que a alta direção seja informada das posições mantidas como parte integral do processo de gestão de riscos da Instituição;
 - Que se desenvolva um seguimento ativo das posições com referência às fontes de informações de mercado (devendo realizar-se uma avaliação ativa da liquidez de mercado e da capacidade de cobrir as posições e perfis de risco da carteira); e
 - Manter política e procedimentos claramente definidos para a condução das posições com respeito à estratégia de negociação do banco, incluindo a condução do volume das operações e de posições vencidas na carteira de negociação do Banco.

Os sistemas utilizados deverão estar aptos para a classificação de operações com base nos critérios técnicos previamente estabelecidos na especificação dos mesmos. As operações não classificadas como negociação (*trading*) são consideradas, consequentemente, como de não-negociação (*banking*).

vii. Backtesting

O *backtesting* é um elemento chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição e já é um requerimento das autoridades reguladoras. Como o VaR tenta prever a perda de 1 dia caso as posições permaneçam inalteradas, é essencial calcular os ganhos/perdas incorridos usando a mesma hipótese. A análise de *backtesting* compara a série temporal de valores de VaR estimadas com o valor de perda observado. A comparação da frequência de perdas que excedem o VaR com o nível de confiança estatístico adotado dá uma

indicação da eficiência do modelo de VaR, e da necessidade de sua reavaliação. Essa comparação deve abranger períodos longos de avaliação, com uma amostra suficiente de informações.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Risco de Mercado".

d) Risco operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco, subordinada diretamente à Presidência Executiva.

Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução nº 3.380/06 e demais normativos relacionados.

O processo de gerenciamento do risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

Trata-se de um ciclo integrado compreendido por um conjunto de etapas que visam manter a exposição ao risco operacional em níveis toleráveis, avaliados constantemente pela alta administração. O ciclo de gerenciamento do risco operacional contempla as fases de:

- Identificação de riscos operacionais. Nessa fase, são analisados os processos de negócio e apoio, e diagnosticadas as principais exposições a falhas ou incorreções no que concerne ao risco operacional. Também são coletados elementos de diagnóstico em outras fontes de informação, como relatórios de inconformidades, reportes de incidentes ou de auditorias internas e externas.
- Identificação de controles. O principal objetivo dessa fase é o levantamento de controles mitigatórios – implementados ou não na Organização. Nessa fase, são analisadas as exigências regulamentares, normativos internos, e outras fontes de consulta relacionadas ao processo, que forneçam informações úteis e necessárias para a construção dos controles.
- Avaliação de controles. Após identificação dos riscos e respectivos controles mitigatórios, são obtidos in loco, o entendimento dos controles em prática pela Entidade. Nessa fase, são efetuados testes de desenho para confirmar o entendimento e para obter conforto sobre a efetividade do controle.
- Mitigação do risco operacional. De posse do resultado da avaliação dos controles, são elaborados em conjunto com as áreas envolvidas no processo, planos de ações para aqueles controles avaliados como não efetivos.
- Monitoramento do risco operacional. A execução dos planos de ação para tratamento de riscos é acompanhada periodicamente pelas áreas de controles internos ao qual a matriz de riscos está submetida, conforme a definição de papéis e responsabilidades instituída pela Política de Risco Operacional.

Todo o ciclo de gerenciamento do risco operacional é suportado por ferramenta sistêmica que integra as informações e possibilita o monitoramento centralizado do risco em todas as entidades do Sistema, financeiras e não financeiras.

27. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011 do Banco Central, e atendendo também as diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, a política de gerenciamento de capital do Sistema Sicredi tem por objetivo definir as estratégias, os processos e os sistemas necessários para efetiva implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Sistema Sicredi.

Para este efeito, entende-se como Gerenciamento de Capital o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Dessa forma, e em consonância com a Resolução 3.988/11, a Diretoria de Economia e Riscos do Banco Cooperativo Sicredi é a unidade responsável pelo gerenciamento de capital das entidades do sistema Sicredi e a política de gerenciamento de capital definida abrange todas as entidades do Sistema.

A estrutura de gerenciamento de capital, conforme definida acima, está baseada em uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Para isto, a estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital.
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para diretoria e para o conselho de administração.

A descrição da política completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Conheça a estrutura do Sicredi \ Banco Cooperativo Sicredi \ Gerenciamento de Capital".

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, compatível com os riscos de suas atividades.

Apesar das Demonstrações Financeiras Combinadas, o BACEN exige a observação dos níveis de adequação patrimonial de cada uma das instituições do Combinado.

29. Bancos correspondentes

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Sistema realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os

valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

30. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	2013	2012 (Não auditado)
Créditos abertos a exportação		
Câmbio a contratar	-	155
Coobrigação por garantias prestadas		
Beneficiários de garantias prestadas	44.350	48.036
Coobrigações em cessões de crédito	10.301	11.475
Depositários de valores em custódia/garantia	5.144.232	4.598.400
Títulos em cobrança	2.933.735	1.816.003

b) Outras garantias

	2013	2012 (Não auditado)
Margem garantia BM&FBovespa	25.445	28.957
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.456	1.346

31. Cobertura de seguros

O Sistema mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer em face de eventuais perdas com sinistros.

32. Eventos subsequentes

Em 16 de dezembro de 2013, a administração da Cooperativa Central Sicredi PR/SP recebeu solicitação de filiação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Unicred-Rio Ltda. ("Unicred-Rio"), instituição financeira, cooperativa singular com sede no Rio de Janeiro (RJ). O processo de desfiliação da Unicred-Rio da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicreds do Estado do Rio de Janeiro Ltda. iniciou com a aprovação da desfiliação pela Assembleia Geral, realizada em 17 de dezembro de 2013, tendo sido aprovada na mesma assembleia, a filiação à Central Sicredi PR/SP/RJ, a alteração do seu Estatuto e a sua nova denominação. A Central Sicredi PR/SP/RJ, em dezembro de 2013, ampliou sua área de ação para o estado do Rio de Janeiro, possibilitando a filiação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos do Rio de Janeiro - Unicred-Rio Ltda. a esta cooperativa Central. A homologação de tais deliberações pelo Banco Central do Brasil ocorreu em 04 de fevereiro de 2014.



Em 28 de março de 2014 ocorreu a incorporação da Cooperativa Sicredi Copercredi PR pela Cooperativa Sicredi Campos Gerais PR/SP, pelo valor de acervo líquido de R\$ 1.818.

Em 25 de abril de 2014 ocorreu a inauguração da cooperativa Sicredi COOABCred RS.